

TEORIA CRÍTICA E INVESTIGAÇÃO SOCIAL EMPÍRICA: OBSERVAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE FILOSOFIA E PESQUISA INTERDISCIPLINAR NA ESCOLA DE FRANKFURT¹.

Deborah Christina Antunes²

Resumo: Embora muitos trabalhos, no tocante à Escola de Frankfurt, sejam realizados em âmbito teórico ou empírico, pouca atenção tem sido voltada ao estudo específico de sua relação com a pesquisa empírica. No entanto, esta relação faz parte de sua história, estando presente desde seus primórdios. A proposta deste trabalho é apresentar elementos para uma pesquisa teórica e histórica a respeito da relação estabelecida entre a pesquisa empírica e a reflexão filosófica na Teoria Crítica da Sociedade, para verificar como, ou se, essa relação apresenta-se na pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas Sociais durante sua fase nos Estados Unidos da América, publicada no livro “A personalidade autoritária”. A argumentação é composta por uma revisão bibliográfica contendo os poucos trabalhos encontrados sobre o assunto, uma breve história do Instituto tendo como objetivo explicitar essa relação, a contextualização da pesquisa sobre o anti-semitismo durante o exílio americano, e algumas idéias de Adorno sobre a pesquisa empírica, já quando havia regressado à Alemanha.

Palavras-chave: Teórica Crítica da Sociedade; Filosofia Social; Sociologia; Adorno, Theodor Wiesengrund; Horkheimer, Max.

Introdução

Vê-se muitas pesquisas serem realizadas na esfera da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, divididos em duas categorias: trabalhos eminentemente teóricos que parecem se preocuparem com aspectos conceituais, históricos ou diálogos com outros autores, anteriores, contemporâneos, ou posteriores aos frankfurtianos, e trabalhos realizados nas

¹Texto apresentado, sob forma de projeto, e publicado sob o título “Teoria Crítica: O Nexo entre Reflexão Filosófica e Pesquisa Empírica”, no CD-ROM do “Congresso Internacional Teoria Crítica e Educação”, São Carlos - SP, 2008.

² Formada em Psicologia pela Unesp-Bauru, mestre em Educação pela UFSCar e doutoranda em Filosofia pela mesma Universidade. Bolsista CAPES. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas “Teoria Crítica e Educação – UFSCar”. E-mail: deborahantunes@yahoo.com.br

áreas das ciências especializadas, em especial nas ciências sociais, psicologia, educação física, educação, literatura etc. No entanto, embora muitos estudos empíricos sejam realizados, pouca atenção tem sido voltada para o estudo teórico das relações estabelecidas entre o que se convencionou, após o texto de Horkheimer (1983) “Teoria tradicional e teoria crítica”³, chamar de “Teoria Crítica”, e a pesquisa social empírica. Isso apesar de o estabelecimento de uma relação específica entre a filosofia e a pesquisa empírica das ciências especializadas ter sido tratada enfaticamente como um objetivo do Instituto de Pesquisas Sociais por Horkheimer (1999), em sua conferência⁴ de posse como diretor do mesmo em 24 de janeiro de 1931, como enfatizam McCole, Benhabib & Bonß (1993).

Com isso, estabelece-se aqui o objetivo geral desta investigação: compreender o sentido que a relação entre pesquisa empírica e filosofia assume na Teoria Crítica da Sociedade desde o início da coordenação do Instituto de Pesquisas Sociais por Horkheimer. A seguir, verificar se esse sentido, dentro da lógica própria da teoria, está contido na pesquisa “A personalidade autoritária”, ou se esta seria de fato uma concessão ao positivismo, um sintoma do período de exílio americano, conforme os debates existentes na incipiente bibliografia sobre o tema. Mas que debates são esses?

Alguns autores, nacionais e internacionais, consideram que existe uma diferença profunda e radical entre as duas principais obras daquele período: o discurso filosófico encontrado no livro “Dialética de Esclarecimento” e a pesquisa empírica relatada na obra “A personalidade autoritária”. Por exemplo, Borges (1986) destaca que teria havido ali uma concessão ao positivismo, principalmente no que se refere aos procedimentos metodológicos. O autor atesta que à Teoria Crítica falta uma metodologia de pesquisa adequada que lhe dê base empírica e aplicabilidade. Para o autor, “a teoria crítica tem dificuldades em combinar as técnicas de coleta de dados com a reflexão do conceito” (BORGES, 1986, p. 65) – o que torna essa união desejável, porém precária. Para Borges (1986), a Escola de Frankfurt progrediu pouco desde o texto “Teoria tradicional e teoria crítica” escrito por Horkheimer (1983) em 1937, e

³ “Traditionelle und kritische Theorie”, publicado pela primeira vez em “Zeitschrift für Sozialforschung”, ano VII, 1937, pp. 245-294.

⁴ “Die gegenwärtige Lage der Sozialphilosophie und die Aufgaben eines Intituts für Sozialforschung”, Frankfurter Universitätsreden, XXXVII, Frankfurt.

restaria, portanto, aos seus herdeiros o legado de desenvolver os métodos dos quais ele sente falta.

Bahr (1994)⁵, por sua vez, na tentativa de indicar as falhas da pesquisa sobre o anti-semitismo, em uma direção similar à de Borges, aponta que tal estudo apresenta uma ambivalência presente nos membros do instituto. Para o autor,

O instituto teve que abandonar a Teoria Crítica e empregar métodos de psicologia e sociologia empírica antes de Adorno e Horkheimer lidarem com o problema da “Dialética do Esclarecimento”, publicada em 1947. E mesmo então, o capítulo final do livro, “Elementos do anti-semitismo” foi baseado parcialmente nos dados e resultados dos estudos sobre o anti-semitismo no trabalho americano e em “A personalidade autoritária”, publicada em 1950 (BAHR, 1994, p. 228).

Por outro lado, alguns outros autores não compartilham dessas críticas. Sass (2001) afirma que a Teoria Crítica não se abre à incorporação de elementos incongruentes com seus paradigmas e que sua busca é a soma entre ciência e reflexão. Para ele, a pesquisa sobre a personalidade autoritária seria fruto de uma pesquisa exemplo de produção de dados e de sua análise crítica. Contra a hipótese de uma concessão ao positivismo o autor argumenta:

[...] a crítica da pretensa neutralidade dos instrumentos de pesquisa não reside no abandono desses instrumentos, a crítica reside ou na análise crítica dos dados que tais instrumentos permitem produzir – que é uma forma de se contrapor à neutralidade –, ou reside na elaboração intencional de tais instrumentos, orientada pelos princípios da teoria crítica. Em qualquer caso, superar a neutralidade é apontar criticamente a neutralização, a aparente não intencionalidade, com que esses instrumentos são utilizados (SASS, 2001, p. 158).

Deste modo, para Sass (2001) a Teoria Crítica permanece fiel à principal consequência da tese de Horkheimer (1983), por mais que possam ter ocorrido transformações teóricas e intelectuais: ela se desenvolve nas tensões com as ciências especializadas e, ao mesmo tempo em que lhes proporciona princípios, conceitos e

⁵ Originalmente publicado em “The German Studies Review”, 1978, vol. 1, pp. 311-321.

métodos, se apropria de conceitos, procedimentos e resultados de tais ciências sem se reduzir a elas. Permanecer fiel a essa questão não seria um sinal de um não desenvolvimento da teoria, mas, ao contrário, de firmeza e consistência teórica, assim como da não superação das condições históricas.

É nesse mesmo sentido que se dá a argumentação de Carone (2001). Ao mesmo tempo em que ela aponta a pouca ênfase que tem sido dada à relação entre Teoria Crítica e pesquisa empírica, principalmente durante o exílio nos Estados Unidos, a autora indaga se os métodos de estudo realizados na referida pesquisa representariam um compromisso da Escola de Frankfurt com o positivismo, embora isso nunca tenha sido ratificado por Adorno ou por Horkheimer.

Segundo a autora, há indicações nas obras desses autores de que uma psicologia social do fascismo era uma exigência da própria crítica à ideologia fascista. Tal indicação está presente, por exemplo, no texto de Adorno (1972) “Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista⁶”, onde ele argumenta acerca da legitimidade da exigência de uma pesquisa empírica sobre a psique do sujeito potencialmente respondente à propaganda fascista, por conta da ineficácia da crítica ideológica clássica, utilizando para isso os apontamentos de Sigmund Freud sobre a psicologia das massas. Nesse sentido, o *telos* do estudo sobre o anti-semitismo foi “buscar o conhecimento das configurações psicológicas, também chamadas de tipos ou síndromes, que podem responder ao chamado fascista” (CARONE, 2001, p. 12), sem reduzir, no entanto, o fascismo à sua dimensão psicológica, pois essa é uma questão eminentemente política. Portanto, sobre a relação da Teoria Crítica com a pesquisa empírica, Carone defende que

A investigação empírica não pode ser dispensada numa teoria crítica da sociedade. Nesse sentido, *A Personalidade Autoritária* representou e representa ainda hoje a necessidade de aprofundar o conhecimento do fascismo na sua face subjetiva. As suas aparências positivistas, cujos indicadores são os instrumentos de medição, as cláusulas de redução pressupostas e a tipologia resultante nada mais são do que a mimetização dos processos que nos conduzem à massificação; ou seja, a representação figurada do processo de espoliação cotidiana de pedaços da nossa individualidade [...] (CARONE, 2001, p. 15-16 – grifos do autor).

⁶ Publicado originalmente em “Psychoanalysis and the Social Sciences 3”, 1951, pp. 408-433.

1. Entre filosofia e pesquisa empírica

Bem, a relação entre filosofia e as ciências empíricas é a fundadora do programa interdisciplinar de Horkheimer que forma a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt. Autores como Benhabib, Bonß & McCole (1993) defendem que Horkheimer criou um materialismo que significou uma transformação da filosofia, pela combinação entre filosofia social e pesquisa social. A hipótese aqui é a de que essa combinação permanece mesmo no período de exílio – ou seja, a pesquisa sobre a personalidade autoritária não estaria desvinculada da história, dos interesses e dos pressupostos do Instituto, em especial a partir da direção de Horkheimer. Aliás, essa é a relação amplamente enfatizada por ele desde sua conferência inaugural, quando aponta o papel essencial da filosofia social de Hegel como reveladora da lógica dialética universal e, ao mesmo tempo, considera a falta de inserção dialética dos problemas filosóficos no processo empírico.

Em tal conferência Horkheimer aborda sua concepção de filosofia social, seus precedentes históricos, seus objetivos e suas carências. Argumenta que a filosofia social se ocupa de fenômenos que apenas podem ser compreendidos em relação à vida social dos homens, sua cultura material e espiritual. Assim, seu objetivo final seria a interpretação filosófica de seu destino, não como meros indivíduos, mas como membros de uma comunidade. Para McCole, Benhabib & Bonß (1993), foi nesse momento que Horkheimer formulou a armação conceitual pela mistura única de filosofia e pesquisa social empírica que posteriormente ficou conhecida como Teoria Crítica. Segundo Horkheimer (1999), embora o meio da filosofia tenha sido sempre a auto-reflexão, o desenvolvimento desta disciplina específica decorreu na história do idealismo alemão clássico, principalmente a partir de Georg W. F. Hegel, pois foi ele quem “libertou essa auto-reflexão dos grilhões da introspecção, em cujas bases estava arraigada, e remeteu à história a questão da nossa própria essência, o problema do sujeito autônomo criador de cultura: é no trabalho da história que ele se dá de uma forma objetiva” (HORKHEIMER, 1999, p. 122). Horkheimer (1999) considera que para Hegel a estrutura do espírito objetivo não emerge da análise crítica da personalidade, mas da lógica dialética universal, uma vez que “seu curso e suas obras não são frutos de

decisões livres do sujeito, mas do espírito dos povos dominantes que se sucedem através das lutas da história” (HORKHEIMER, 1999, p. 122). É com Hegel, por meio da idéia da determinação do particular pelo universal, que o idealismo se transformou em uma filosofia social interessada na transfiguração do real que parece injusto. Assim, para Horkheimer

[...] Quando se aprofundou a contradição entre o princípio da forma individualista de vida, ou seja, entre o progresso ininterrupto da felicidade dos indivíduos no interior do espaço social dado, de um lado, e as perspectivas das situações reais desses indivíduos, de outro, a filosofia, e especialmente a filosofia social, passou a ser invocada cada vez mais frequentemente a fim de que desenvolvesse aquele papel sublime que lhe destinou Hegel. Houve um apelo ao qual respondeu a filosofia social (HORKHEIMER, 1999, p. 125).

Porém, considera que a filosofia social tem ainda uma carência no que concerne ao não acompanhamento pelos métodos científicos de suas questões filosoficamente orientadas, ou seja, falta-lhe a inserção dialética dos problemas filosóficos no processo empírico. Mas, em contraposição ao positivismo, a filosofia social compreende que a realidade não se reduz aos dados de fatos positivamente provados, e pretende um olhar direcionado a uma esfera mais essencial, com mais sentido e substância do que a mera existência do indivíduo. Mesmo assim, ela não duvida das facticidades verificadas pela ciência positivista, mas a sobrepuja por conta dos pressupostos indemonstráveis através de seu método. Deste modo, a resolução de tal carência depende de pesquisas em que deveriam participar filósofos, sociólogos, economistas, historiadores, psicólogos etc. (HORKHEIMER, 1999). Nas palavras do autor:

A relação entre as disciplinas filosóficas e cada disciplina científica individual correspondente não pode ser entendida no sentido de que a filosofia trata os problemas decisivos e constrói teorias não contestáveis pelas ciências experimentais, sendo seus próprios conceitos de realidade sistemas que abarcam a totalidade, enquanto, ao contrário, a pesquisa empírica recolhe os seus dados particulares através de um trabalho longo e tedioso, que se fragmenta em milhares de problemas parciais, para não chegar senão ao caos da especialização. Essa concepção, segundo a qual o pesquisador deve considerar a filosofia talvez como um belo exercício, mas cientificamente infrutífero, porque inverificável, enquanto o filósofo deve se emancipar da pesquisa particular, acreditando que mesmo as mais importantes decisões não podem esperar os seus

resultados, está superada atualmente pela idéia de uma contínua interpenetração e desenvolvimento dialéticos entre a teoria filosófica e a prática da ciência particular (HORKHEIMER, 1999, p. 128).

É desse modo que Horkheimer imputa uma tarefa ao Instituto: colocar um grande aparato de pesquisa empírica a serviço dos problemas filosóficos-sociais a fim de desenvolver uma teoria da sociedade na qual a construção filosófica fosse indissociável da pesquisa empírica. As questões das pesquisas seriam tais como, apurar, em um grupo social localizado histórica e geograficamente, as conexões entre seu papel no processo econômico, as transformações das estruturas psíquicas de seus membros, e as instituições e pensamentos que agem sobre ele ao mesmo tempo em que são seus produtos. Para isso o autor elenca as principais vias para recolher o material empírico: estatísticas publicadas, relatórios de organizações e associações políticas; análise contínua da situação econômica; exame sociológico e psicológico da imprensa e literatura; elaboração de diversos procedimentos de pesquisa, como questionários, por exemplo; estudo metódico dos escritos científicos já existentes e dos recentemente publicados sobre o objeto pesquisado; e recolhimento de documentos não publicados (HORKHEIMER, 1999). Sobre os questionários Horkheimer (1999) ainda justifica sua utilização, argumentando que eles não devem servir para se tirar conclusões indutivas, prematuras e apressadas, mas devem estimular a pesquisa e mantê-la em constante contato com a vida real, permitir que se controlem os conhecimentos adquiridos de outras maneiras a fim de prevenir possíveis erros.

O programa de integrar pesquisa empírica e reflexão teórica, também conhecido como um programa interdisciplinar que visou a ultrapassar a especialização caótica, a diferença entre filosofia e pesquisa empírica, e teoria e prática, foi a característica principal do trabalho do Instituto nos anos 1930. Em 1931 realizou-se a primeira pesquisa que versou sobre as atitudes políticas dos trabalhadores e empregadores, sendo lançada no ano seguinte a “*Zeitschrift für Sozialforschung*”⁷ com artigos que atestaram o sucesso do projeto de Horkheimer para o Instituto (MCCOLE, BENHABIB & BONß, 1993).

⁷ Trata-se da Revista de Pesquisa Social, publicação do Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt entre os anos de 1932 e 1939.

2. Estudos sobre preconceito e “a personalidade autoritária”

O Instituto permaneceu em Frankfurt até 1933, quando por ocasião o nacional-socialismo ascendia ao poder na Alemanha. Transferido para Suíça (Genebra), França (Paris) e, por último, para os Estados Unidos (Nova Iorque e Santa Mônica), estabeleceu-se neste último país até o retorno no pós-guerra. Foi durante o exílio de seus intelectuais na América, período mais produtivo do Instituto, que foi realizado, entre outros trabalhos, um projeto sobre o preconceito (WIGGERSHAUS, 2006).

Wiggershaus (2006) comenta que este projeto, realizado durante a década de 1940, ocorreu em uma época em que por mais que os judeus estivessem sendo perseguidos e exterminados na Europa, os Estados Unidos continuavam com uma política de cotas para o recebimento desses imigrantes. Tal cota, além de bastante restrita, não era completamente utilizada por conta das limitações impostas por meio de questões burocráticas. A passividade desse país perante os acontecimentos nazistas trouxe a suspeita de que por trás de um discurso de democracia se escondia um grau de anti-semitismo, embora a recusa em confessar sua existência estivesse presente quase em totalidade.

Segundo Adorno (1995)⁸, ao relatar suas experiências científicas nos Estados Unidos, pensar em uma investigação sobre o anti-semitismo foi um empreendimento de Horkheimer em vista dos acontecimentos europeus. No entanto, de acordo com Wiggershaus (2006), com o início da Segunda Guerra a situação tornou-se pior uma vez que os judeus passaram a ser vistos, nos EUA, como aqueles que “evitariam prestar serviço militar e seriam, ao mesmo tempo, os maiores beneficiários da guerra” (WIGGERSHAUS, 2006, p. 383), sendo que no final dela, ao invés de diminuído, o fascismo poderia estar aumentado. Inicialmente este seria um projeto realizado em conjunto por Franz Neumann, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Paul Lazarsfeld, Herbert Marcuse, Leo Lowenthal e Friedrich Pollock.

⁸ Publicado originalmente no livro “Stichworte. Kritische Modelle 2” em 1969 pela Suhrkamp Verlag.

De acordo com Carone (2002a), os estudos sobre preconceito se preocuparam com duas questões: descobrir em cidadãos comuns traços essenciais e históricos do fascismo latente, e analisar panfletos e discursos de militantes e líderes de organizações fascistas, para descobrir quais os estímulos que constituíam o apelo às massas⁹. É a primeira questão, que se preocupa com as predisposições psicossociais para o fascismo, que compõe a pesquisa resultante no livro “A personalidade autoritária”. É importante ter em mente que tais pesquisas não se referiram ao fascismo de Estado, tal como no III Reich na Alemanha, mas sim aos traços fascistas, ou mentalidade fascista, presentes, de forma velada ou não, nas sociedades modernas democráticas como os Estados Unidos, onde o trabalho foi realizado (CARONE, 2002a).

Porém, para Horkheimer, tal como escreveu em uma carta para Marcuse em 17 de julho de 1943, o importante em seu projeto era buscar compreender a formação do homem no contexto de uma sociedade antagonista como a existente, na interdependência de fatores econômicos e políticos, e antropológicos:

O problema do anti-semitismo é muito mais complicado do que eu pensava no início. Por um lado, nós temos que diferenciar radicalmente entre os fatores econômico-políticos, que o causam e o usam, e os elementos antropológicos¹⁰ no tipo de homem presente que responde à propaganda anti-semita como poderiam responder a outros incentivos opressivos; por outro lado, nós devemos mostrar esses fatores em sua constante interconexão, e descrever como eles permeiam um ao outro (HORKHEIMER, 1996, p. 463).

Contudo, não acreditando que a psicologia por si só seria um meio de solucionar a questão do preconceito, sua utilização se dá como uma antropologia da teoria do homem que se desenvolveu nesta sociedade:

É minha intenção estudar a presença do esquema de dominação na então chamada vida psicológica, os instintos assim como os pensamentos dos homens. As tendências nas pessoas que as tornam susceptíveis à propaganda do terror são, elas mesmas, o resultado do terror, opressão física e espiritual, atual e potencial (HORKHEIMER, 1996, p. 464).

⁹ Sobre essa segunda questão, Carone (2002b) demonstra em seu artigo “Fascismo *on the air* – estudos frankfurtianos sobre o agitador fascista”, como foi realizada, por Theodor W. Adorno, a análise do discurso do agitador fascista Martin Luther Thomas entre maio de 1934 e julho 1935.

¹⁰ A respeito da concepção de “elementos antropológicos”, como considerados aqui, ver o artigo “Adorno’s anthropology” de Breuer (1994) – originalmente publicado em “Telos”, 1985, n. 64, pp. 15-31.

Para abarcar uma psicanálise que se integrasse às problemáticas do Instituto e aos objetivos de Horkheimer, foi analisada a tendência psicanalítica de R. Nevitt Sandford, Else Frenkel-Brunswik e Daniel J. Levinson. Compreendeu-se que a concepção que eles tinham sobre a personalidade e o modo como esta englobava comportamentos e convicções conscientes e aspirações profundas, bem como os procedimentos que utilizavam (questionários, entrevistas e testes psicológicos indutivos), poderiam cumprir satisfatoriamente este papel. Deste modo, esse grupo de psicologia da Universidade de Berkeley passou a integrar a pesquisa sobre o anti-semitismo (WIGGERSHAUS, 2006).

A adoção de uma explicação do anti-semitismo pautada em bases subjetivas não fez com que o preconceito deixasse de ser compreendido “no contexto de uma teoria crítica da sociedade objetivamente orientada” (ADORNO, 1995, p. 160), assim como não ignorou o papel do sujeito. Segundo Adorno:

[...] não nos tornamos ariscos em relação à psicologia, mas sim lhe outorgamos em nosso projeto o valor que lhe correspondia como um momento da explicação. Mas nunca duvidamos da primazia dos fatores objetivos sobre os psicológicos. Ativemo-nos à idéia, a meu ver plausível, de que, na sociedade contemporânea as instituições e tendências objetivas de desenvolvimento adquiriram tal predomínio sobre as pessoas individuais, que estas se transformaram, aliás em medida visivelmente crescente, em funcionários das tendências que se impõe sobre suas cabeças (ADORNO, 1995, p. 160).

Para esses autores a psicologia oferece a “mediação subjetiva do sistema social objetivo” (ADORNO, 1995, p. 161): mesmo as análises que aparecem como orientadas por aquilo que é subjetivo apenas têm valor dentro da teoria objetiva que considera os homens como moldados de fora, inclusive naquilo que lhes é mais íntimo, tendo em vista a divergência entre o que a sociedade promete aos seus membros e aquilo que ela de fato lhes propicia. A idéia é a de que cada época gera os sujeitos capazes de mantê-la e reproduzi-la (ADORNO, 1995).

Horkheimer & Flowerman (1969) consideram que o trabalho realizado por Adorno et al. (1969), publicado no livro “A personalidade autoritária”, buscou, acima de tudo, encontrar o que na psicologia do sujeito leva-o ou não a ser preconceituoso e a responder favoravelmente aos discursos fascistas. Isso sem desconsiderar o outro fator

importante do preconceito que é a própria situação social, os estímulos externos aos sujeitos com os quais tais predisposições reagem. De acordo com Adorno et al. (1969), embora a personalidade consista em disposições para agir de uma maneira ou de outra, o comportamento sempre depende de uma situação objetiva; por isso sua pesquisa focou a atenção àquele para quem a propaganda fascista é designada, levando em conta não apenas a estrutura psicológica desses indivíduos, mas a situação objetiva total na qual eles vivem. Para Horkheimer & Flowerman (1969), o objetivo não era, por meio da pesquisa, suscitar imediatamente uma erradicação do preconceito, mas explicar e compreender o preconceito cientificamente, o que poderia daí gerar “correções” no âmbito de uma educação lógica, ou de uma “imunização” por meio do conhecimento de suas próprias dinâmicas individuais e da dinâmica social. Metodologicamente a pesquisa foi fundamentada na aplicação de escalas [anti-semitismo (AS), etnocentrismo (E), conservantismo político econômico (PEC) e fascismo (F)], teste de apercepção temática, questionários e entrevistas (ADORNO et al., 1969).

Segundo Horkheimer (1969), a pesquisa, nesse sentido com implicações tanto práticas quanto teóricas, se refere, por sua vez, a um novo homem chamado “autoritário”, com tendências conflitantes, cujas idéias e características são típicas de uma sociedade altamente industrializada com crenças irracionais ou anti-rationais. Mas, para seus autores, não se trata de um problema da posição das minorias na sociedade moderna, ou de questões religiosas e raciais que poderiam simplesmente ser solucionadas por meio de uma propaganda da tolerância ou pela refutação apologética dos erros e mentiras. Por outro lado, consideram que uma elucidação científica sincera e sistemática do preconceito, com significância histórica, pode contribuir diretamente para a mudança da própria atmosfera cultural.

3. O retorno no pós-guerra e a permanência da relação entre pesquisa empírica e filosofia

Também com a pesquisa sobre o anti-semitismo não termina a relação entre filosofia e pesquisa empírica na Teoria Crítica. Quando retornam à Alemanha após a Segunda Grande Guerra, Adorno, por exemplo, participa de um debate com Karl R. Popper

durante um Congresso em Tübingen, organizado pela Sociedade Alemã de Sociologia. Tal debate ficou conhecido como a terceira grande disputa metodológica das Ciências Sociais no âmbito lingüístico alemão. Seu tema, cujas falas estão reproduzidas no livro “A disputa do positivismo na sociologia alemã”, é a lógica das ciências sociais no tocante às divergências entre a Teoria Crítica da Sociedade e o Racionalismo Crítico no que tange à orientação das pesquisas, à posição teórica e à disposição moral e política. Obviamente esse debate não pode ser reduzido ao plano de meras disputas metodológicas. Ele inclui diferenças de concepções sobre a sociologia, e suas bases filosóficas e epistemológicas (MUÑOZ, 1973).

O que reforça a hipótese de que essa relação não se esfalece nem é limitada e carente, mas, ao contrário, parece ter se enriquecido por meio das experiências (inclusive as científicas nos Estados Unidos, como desabafa Adorno) e das reflexões possibilitadas por essas mesmas, são os pontos debatidos por Adorno em sua exposição intitulada “Sociologia e investigação empírica”. Ali Adorno (1973) distingue dentro da sociologia como disciplina acadêmica objetos e métodos que não são por si unitários, mas que são frutos de modelos historicamente divergentes: um olha para a totalidade e suas leis, outro para fenômenos singulares. Ao primeiro chama “Teoria da sociedade”, e enfatiza sua origem a partir do pensamento filosófico, que desconfia das aparências e busca a interpretação (*Deutung*). Ao segundo remete o desencantamento e a tentativa de controle da natureza que tem sua base no pensamento comteano, seus métodos estariam reunidos sob o rótulo de “pesquisa social empírica”. Defende uma teoria implacavelmente crítica que não abandona o pensamento e a reflexão, mas que dissolve a rigidez do objeto fixado aqui e agora, não para produzir conceitos classificatórios, mas para expressar a vida da sociedade.

A argumentação do autor é que a tendência dominante é a da sociologia empírica por sua imediata aplicabilidade prática e afinidade à administração. No entanto, seus resultados se aproximariam de um resumo de informações pré-científicas, ao, por meio de opiniões, atitudes, dados estatísticos etc, acreditar em sua objetividade, que, não obstante, não pertence ao investigado, mas ao método. Seu problema é ignorar a objetividade social, a soma das relações, instituições e força em cujo sentido atuam os homens. Fetichizados, seus métodos não penetram na objetivação da própria coisa, e sua natureza coisificada é transposta aos objetos, que embora estejam sendo subjetivamente

averiguados, são tratados como algo em si mesmo sem reconhecer a coisificação a qual foram submetidos. Os objetos são adaptados ao método, e não o contrário (ADORNO, 1973).

Contudo, a razão da aplicabilidade sem limites do modelo das ciências naturais deve ser buscada na própria sociedade. Na medida em que a lógica social e econômica reduz os homens à categoria de objetos fazendo disso sua “segunda natureza”, os métodos desse modelo estão perfeitamente em ordem com essa lógica – são espelhos de uma sociedade atomizada e organizada de acordo com os princípios da administração, são ideologia no estrito sentido de “aparência necessária”. O problema está na renúncia à auto-reflexão e na conversão de seus resultados em verdade, em tomar o epifenômeno pela própria coisa, na transformação do mediado em imediato. Se existe um direito em sua utilização, ele deve ser unicamente o de fazer a crítica, inclusive nas pesquisas quantitativas que carregam, para fazer justiça ao objeto, a necessidade da análise qualitativa.

Por outro lado, o objeto da sociologia não é homogêneo como o da ciência clássica da natureza. A verdade central da sociedade é seu caráter antagônico; assim a mera generalização tende a escamoteá-lo. Os homens não são seres genéricos e seus comportamentos são mediados por sua razão que, não obstante, contém um momento do geral. Assim, as leis da ciência social devem ser sempre referidas à relação, ainda que de não conciliação, entre o geral e o particular em sua concretude histórica. É a unidade do princípio da sociedade individualista que leva a considerar a fórmula da opinião como verdade em relação aos interesses dos sujeitos. No entanto, a investigação social empírica só tem conseguido passar por cima da individuação por não se fazer de outra maneira além de ideologia. O problema é que, ao invés de ser crítica, ela imputa às coisas suas generalizações. Essa falta de homogeneidade que gera inclusive divergências entre suas várias disciplinas, não significa que todas elas devam ser mantidas em uma separação estéril. Tampouco se deve fazer com elas algo como uma divisão do trabalho arbitrária. É uma exigência da própria meta do conhecimento e de seu conteúdo que seja realizada uma vinculação crítica dos métodos sociológicos, que, não obstante, não deixam de se remeter mutuamente. Às teorias com interesses sociais particulares, os métodos de “*research*” podem oferecer um saudável corretivo. Já a “*research*” isoladamente se reduz à pura falsidade, e a confrontação com a teoria e o

conhecimento pode evitar que caia na irrelevância ou que seja condescendente com indicações apologéticas. Aqui apenas a reflexão científica crítica pode evitar a subsistência da ideologia e no limite é isso que para ele chama ciência: “um descobrir a verdade e a falsidade daquilo que o fenômeno observado quer ser por si mesmo” (ADORNO, 1973, p. 96).

No tocante à investigação social empírica, para Adorno (1973) o requisito seria o de confrontar todas as posições dirigidas à consciência subjetiva e à inconsciência dos homens e dos grupos humanos com as realidades objetivas de sua existência. O que aparece como sendo apenas acidental constitui a condição de possibilidade de ascender ao essencial. O conhecimento da sociedade, as ideologias, sua gênese e sua função são o verdadeiro objetivo da investigação social empírica. Mas isso não deve ser considerado de forma isolada. Por outro lado, a teoria pode também aparecer como um dogma, e “a investigação social empírica é corretiva não só na medida em que impede construções cegas desde cima, senão também no concernente à relação entre o fenômeno e a essência” (ADORNO, 1973, p. 97). A teoria da sociedade tem que, ao mesmo tempo, relativizar o valor cognoscitivo do fenômeno, e preservar a investigação empírica do conceito de lei essencial de toda sua mitologização.

Trata-se, portanto, de admitir a mediação social tanto do que é objetivo, quanto do que é subjetivo. Os dados levantados pela investigação social empírica não são algo último, mas condicionados. Assim, não se pode confundir os fatos com seu caráter fundamental. Apenas o aperfeiçoamento dos métodos poderia dissolver a imediatez dos dados. A possibilidade da pesquisa empírica está essencialmente no desenvolvimento dos métodos indiretos a fim de ir além da mera constatação daquilo que está na superfície, e aqui se verifica a importância das análises de motivações. Ao mesmo tempo em que a opinião não deve ser rechaçada, sua verdade deve ser derivada de sua falsidade; a saída é a análise imanente. Do mesmo modo, a opinião da média de pessoas não tem um valor de verdade, mas de “aparência social média”. A filosofia tem uma função essencial na investigação social empírica: determinar o conceito do investigado fazendo a empiria consciente, nos próprios fatos, da tendência que conduz mais além deles (ADORNO, 1973).

4. Considerações finais

Por fim, chega-se aqui a alguns indicativos. Referir-se a uma ruptura sem contexto, entre o discurso filosófico e a prática científica, parece ser uma simplificação em relação ao percurso de Horkheimer e Adorno em relação à Teoria Crítica. Borges (1986), Carone (2001), Benhabib, Bonß & McCole (1993) pensam a relação entre a Teoria Crítica e a pesquisa empírica com base nos trabalhos de seus autores. Todos tentam desvendar o sentido que essa relação adquire, assim como suas motivações e conseqüências. Embora Benhabib, Bonß & McCole (1993) não discutam as pesquisas que integraram os estudos sobre preconceito, trazem importantes reflexões sobre o sentido inicial da pesquisa empírica na Teoria Crítica. Por outro lado, não se remetendo à própria história do Instituto, os debates de Borges (1986) e Carone (2001) permanecem em torno de uma concessão ou não ao positivismo durante o exílio americano. Já Sass (2001) parte do pressuposto de que a Teoria Crítica não incorpora elementos incoerentes com seus paradigmas, ou seja, seria impossível ter ocorrido de fato uma concessão ao positivismo.

Os textos dos autores frakfurtianos abordados parecem indicar um caminho: o discurso de Horkheimer, as cartas trocadas entre ele e Marcuse, o prefácio da obra “A personalidade autoritária” e o debate de Adorno com Popper enfatizam todos, desde o primeiro, a necessária relação entre reflexão filosófica e pesquisa empírica nos trabalhos desses intelectuais. Tal relação pode não ser, e de fato não é, algo simples, mas é preciso ser estudada em sua complexidade antes de qualquer afirmação prematura.

Referências

ADORNO, T. W. Freudian theory and the pattern of fascist propaganda. In: *Gesammelte Schriften 8 - Soziologische Schriften I*, Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1972.

_____. Sociología e investigación empírica. In: *La disputa del positivismo en la sociología alemana*. Barcelona/ México: Ediciones Grijalbo, 1973.

_____. Experiências científicas nos Estados Unidos. In: _____. *Palavras e sinais: modelos críticos 2*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 137-178.

_____. *Epistemología y ciencias sociales*. Madrid: Fronesis Cátedra, 2001.

- _____. *Lições de Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2004.
- _____.; FRENKEL-BRUNSWIK, E.; LEVINSON, D.J.; SANFORD, R.N. *The authoritarian personality*. New York: WW Norton, 1969.
- _____.; HORKHEIMER, M. *Temas básicos da sociologia*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1973.
- _____.; *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- ADORNO, T.W., POPPER, K.R., DAHRENDORF, R., HABERMAS, J. et alli. *La disputa del positivismo en la sociología alemana*. Barcelona/ México: Ediciones Grijalbo, 1973.
- BAHR, E. The anti-Semitism studies of the Frankfurt School: the failure of Critical Theory. In: BERNSTEIN, J. (ed). *The Frankfurt School: critical assessments*, v. 1. New York: Routledge, 1994, p. 226-234.
- BONß, W. The program of interdisciplinary research and the beginnings of Critical Theory. In: BENHABIB, S.; BONß, W; MCCOLE, J. (ed.). *On Max Horkheimer*. Cambridge/ London: Mit Press, 1993, p. 99-125.
- BORGES, B.I. Teoria crítica e pesquisa empírica. In: *Educação e filosofia*; 1 (1): 59-66; jul/dez, 1986.
- BREUER, S. Adorno's anthropology. In: BERNSTEIN, J. (ed). *The Frankfurt School: critical assessments*, v. 3. New York: Routledge, 1994, p. 115-131.
- CARONE, I. Teoria crítica e pesquisa empírica na psicologia. In: *Psicologia e sociedade*; 13 (2): 9-17; jul/dez, 2001.
- _____. *A personalidade autoritária: estudos frankfurtianos sobre o fascismo*. 2002a. Disponível em <http://notes.ufsc.br/aplic/cfh.nsf/0/f8c5f4aa9513c2ae03256c4b007332dc?OpenDocument>. Acessado em 27 de agosto de 2007.
- _____. *Fascismo on the air: estudos frankfurtianos sobre o agitador fascista*. In: *Lua nova*; 55-56: 195-217; 2002b.
- HORKHEIMER, M. Preface. In: ADORNO, T.W.; FRENKEL-BRUNSWIK, E.; LEVINSON, D.J.; SANFORD, R.N. *The authoritarian personality*. New York: WW Norton, 1969, p. ix-xii.
- _____. Teoria tradicional e teoria crítica. In: Benjamin, W.; Horkheimer, M.; Adorno, T.W.; Habermas, J. *Textos Escolhidos*. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p.125-162.
- _____. *Gesammelte Schriften Band 17: Briefwechsel 1941-1948*. Frankfurt am Main: S. Fischer, 1996.
- _____. A presente situação da filosofia social e as tarefas de um instituto de pesquisas sociais. In: *Praga: estudos marxistas*, 7: 121-132; 1999.
- _____.; FLOWERMAN, S.H. Foreword to studies in prejudice. In: ADORNO, T.W.; FRENKEL-BRUNSWIK, E.; LEVINSON, D.J.; SANFORD, R.N. *The authoritarian personality*. New York: WW Norton, 1969, p. v-viii.

MCCOLE, J.; BENHABIB, S.; BONß, W. Max Horkheimer: between philosophy and social science. In: BENHABIB, S.; BONß, W.; MCCOLE, J. (ed.). *On Max Horkheimer*. Cambridge/ London: Mit Press, 1993, p. 01-22.

MUÑOZ, J. Nota marginal a una polémica. In: *La disputa del positivismo en la sociología alemana*. Barcelona/ México: Ediciones Grijalbo, 1973.

SASS, O. Teoria crítica e investigação empírica na psicologia. In: *Psicologia e sociedade*; 13 (2): 147-1597; jul/dez. 2001.

WIGGERSHAUS, R. *A Escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Difel, 2006.